

HABEAS CORPUS Nº 466.969 - SC (2018/0223697-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : DIONATAN FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DIONATAN FELIPE PINHEIRO DOS SANTOS contra acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Consta dos autos que o Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau/SC homologou o PAD, reconhecendo a ocorrência de FALTA GRAVE praticada pelo ora paciente, e, em consequência, determinou a regressão do sentenciado, do regime aberto ao semiaberto, fixou a data da recaptura como base para futuros benefícios, e declarou a perda de 1/3 dos seis dias remidos.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, o qual não foi conhecido pelo TJSC em *decisum* assim ementado (e-STJ fl. 65):

HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO PENAL - IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE HOMOLOGOU O PAD, RECONHECEU A OCORRÊNCIA DE FALTA GRAVE E DETERMINOU A REGRESSÃO DE REGIME - VIA ELEITA INADEQUADA - INSURGÊNCIA QUE DESAFIA RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO, QUE FOI DEVIDAMENTE INTERPOSTO.

HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

Na presente impetração, alega a Defensoria Pública que tal decisão impõe constrangimento ilegal ao paciente, pelo fato de - ao decidir pelo não conhecimento do HC, sob a alegação de que "não cabe *habeas corpus*

substitutivo de recurso legalmente previsto para a hipótese" - o TJ catarinense deixou de examinar a existência de possível ilegalidade imposta ao paciente pela decisão do Juízo de origem, a qual poderia ser reconhecida de ofício, além de evitar a "supressão de instância" no caso de um possível recurso ao STJ.

Sustenta ser ilegal a decisão de primeiro grau que homologou a falta grave, com suas consequências (inclusive a regressão definitiva de regime prisional) **sem a prévia audiência de justificação**, contrariando a pacífica jurisprudência do STJ.

Requer, dessa forma, liminarmente, a suspensão - até o julgamento final do presente *mandamus* - dos efeitos da decisão do Juízo da 1ª instância, e, no mérito, que se determine ao TJSC que conheça do HC originário e julgue o seu mérito, manifestando-se sobre possível constrangimento ilegal decorrente da referida decisão de 1º grau.

Indeferido o pleito liminar (e-STJ fls. 75/77), opinou o Ministério Público Federal "pelo não conhecimento ou alternativamente pela denegação da ordem" (e-STJ fls. 82/84).

É o relatório. **Decido.**

De plano, observa-se que o mérito discutido no presente *habeas corpus* – homologação de falta grave com regressão de regime sem a prévia audiência de justificação – não foi enfrentado pelo Tribunal local no julgamento da impetração originária, o que impede esta Corte Superior de conhecer da insurgência, sob pena de indevida supressão de instância.

A propósito, confira-se o seguinte julgado desta Corte Superior:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DUPLA TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES NO INQUÉRITO POLICIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. DECRETO PRISIONAL FUNDAMENTADO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM

PARTE E DESPROVIDO.

I - A tese recursal relativa à eventuais nulidades ocorridas no inquérito policial sequer foi analisada pelo eg. Tribunal a quo, ao fundamento de que não foram apresentados documentos comprobatórios do alegado, razão pela qual o mandamus impetrado na eg. Corte de origem foi parcialmente conhecido.

II - Assim sendo, fica impedida esta eg. Corte de analisar a quaestio ventilada no recurso, sob pena de indevida supressão de instância, já que o eg. Tribunal a quo não se manifestou acerca das alegadas nulidades.

[...] Recurso ordinário conhecido em parte e, nesta parte, desprovido. (RHC 45.246/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 2/10/2014, DJe 13/10/2014).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA E DEFICIÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. MATÉRIAS NÃO EXAMINADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Conforme entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte.

3. As teses de nulidade da ação por ausência de notificação do paciente para apresentar defesa prévia, bem como por deficiência na defesa técnica, não foram objeto de julgamento pela Corte de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

4. "A alegação de deficiência da defesa deve vir acompanhada de prova de inércia ou desídia do defensor, causadora de prejuízo concreto à regular defesa do réu" (RHC 39.788/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 25/2/2015), o que não se verifica no caso em exame.

5. *Writ não conhecido*. (HC 287.808/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/5/2017, DJe 25/5/2017).

Por outro lado, como ressaltou a Corte de origem (e-STJ fl. 67), contra a decisão do Juízo das execuções foi interposto o recurso cabível pela defesa (agravo em execução), que examinará o tema em toda a sua extensão na Corte local.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus* (art. 34, XX, do RISTJ).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator